

-----**ACTA N.º 235**-----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e quinze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1. **Acta**-----
- 1.1 Acta 234 de 19 junho 2015-----
2. **Correspondência**-----
3. **Período de antes da Ordem do Dia**-----
- 3.1 Assuntos de Interesse Local-----
4. **Período da Ordem do Dia**-----
- 4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 4.2 Taxas do IMI 2016-----
- 4.3 IMI - Redução Taxa por Agregado Familiar 2016-----
- 4.4 Derrama 2016-----
- 4.5 Participação Variável no IRS 2016-----
- 4.6 Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2016-----
- 4.7 4ª Revisão Orçamental-----
- 4.8 Autorização - Compromissos Plurianuais-----
- 4.9 Regulamento do Sistema da Indústria Responsável-----
- 4.10 PAES – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Sever do Vouga-----
- 4.11 Relatórios dos Acordos de Execução-----
5. **Período Destinado ao Público**-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e cinco minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Adérito Augusto Silva-----
- Albano de Amaral Macedo-----
- Alexandre Fernandes Tavares-----
- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----
- António Manuel Martins de Bastos-----
- António da Silva Portela-----
- Carla Andreia Coutinho Tavares-----
- Carla Manuela Borges Soares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Claudino da Fonseca Soares-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- José de Bastos da Rocha-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----
- Manuel da Silva Soares-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário Coutinho Martins-----
- Mário José Costa da Silva-----

- Mário José Tavares Mendes-----
- Sandra Henriques da Silva-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

---- Faltaram à sessão Ana Raquel Machado e Costa e Rui Manuel Arede Lopes, cujas faltas foram justificadas nos termos do artigo 78º da Lei das Autarquias Locais, razão pela qual se promoveu a substituição por Adérito Augusto Silva e Mário José Tavares Mendes, respetivamente, depois de convocados através de protocolo.-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte e Nuno Miguel Pereira Ferreira Martins, Vereadores.-----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Acta – Foi apreciada a acta n.º 234, da sessão de 18 de junho de 2015, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por todos os membros que estiveram presentes naquela sessão, por maioria, com uma abstenção de Albano Macedo,-----

2 Correspondência:-----

Auditor Externo – Informação Económico-financeira: - Foi dada a conhecer a informação semestral elaborada pelo auditor externo de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, reportada ao primeiro semestre deste ano económico.-----

Exposição de António Arede – Frágua: - O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da resposta dada ao pedido de informação feito por António Arede sobre o caminho de acesso à sua casa de habitação.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção coube a **Carla Manuela Borges Soares** que quis felicitar a autarquia e os compartes dos Baldios de Cedrim na sua parceria para a requalificação do Santuário de Nossa Senhora dos Milagres, em Paçô de Cedrim. Estando a obra concluída, disse esperar que não ficassem esquecidos os trabalhos que ainda faltavam ser executados, nomeadamente o sanitário para deficientes e a colocação das árvores previstas no projeto.-- Seguidamente, falou sobre a necessidade de intervenção em duas pontes. A primeira, em Cedrim, no ribeiro da ponte, por não permitir o trânsito nos dois sentidos e não haver sinalização adequada. A segunda em Soutelo, na Rua do Pisão, que oferece algum perigo à circulação de viaturas pela quantidade de água que se acumula no tabuleiro em tempo de chuva. Solicitou a realização de vistorias a ambas as pontes e ponderação sobre as sugestões apresentadas.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que colocou questões relacionadas com o protocolo celebrado com a EDP para a reposição dos acessos laterais às albufeiras. As questões foram as seguintes: a) qual o ponto de situação da reposição dos acessos; b) qual o valor pelo qual a Câmara Municipal adjudicou as respetivas e/ou qual o remanescente; c) o que pretende a Câmara Municipal fazer com o remanescente.

Foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que começou por dizer que, em tempos, a sua bancada tinha deixado ali a sugestão de Sever do Vouga ter um orçamento participativo, permitindo ao cidadão ter novos direitos e responsabilidades sobre o que fazer com uma parte do orçamento do município e participar ativamente na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais, tornando o processo de elaboração do orçamento mais democrático.-----

Seguidamente, disse considerar ser altura de chamar a população do concelho a participar ativamente na identificação das áreas que considerassem ser mais importante intervir a nível do município.-----

A seguinte intervenção coube a **Mário José Costa da Silva** que congratulou a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal pela forma como tinha decorrido a cerimónia de entrega das medalhas de honra e mérito municipal no passado dia 21 de setembro.-----

Seguidamente, pediu que o presidente da Câmara fizesse um ponto de situação sobre a limpeza e manutenção dos trilhos pedestres existentes no concelho.-----

Mais alertou para a necessidade da recolha do lixo ser feita com intervalos mais curtos, assim como a desinfeção dos respetivos contentores.-----

Relativamente às obras realizadas na via pública, pediu que não se deixasse arrastar a reposição do pavimento por longos períodos, porque prejudica a segurança e conforto de quem passa.-----

Por fim, perguntou, também, para quando estava prevista a implementação de um orçamento participativo no concelho de modo a valorizar a participação dos cidadãos na tomada de decisões sobre os investimentos públicos municipais.-----

A última intervenção coube a **Albano de Amaral Macedo** que começou por falar sobre a reestruturação do setor das águas através da agregação dos atuais dezanove sistemas multi-municipais em cinco empresas regionais, medida aprovada no conselho de ministros de 9 de abril passado. Disse considerar a iniciativa um novo esbulho às câmaras municipais e um novo rombo nas algibeiras dos munícipes. Referiu que, se aquela medida se concretizar, os munícipes de Sever do Vouga verão um aumento considerável da sua fatura de água, estimando que no período de convergência entre 2015 e 2020 o aumento da tarifa de saneamento seja superior a 50%. Afirmou que deve ser solicitado à Câmara Municipal todo o seu empenho, e reforçar esse pedido à CIRA, no sentido de serem desenvolvidas todas as ações ao seu alcance para travar aquele processo, incluindo o recurso à via judicial.-----

De seguida, questionou a Câmara Municipal se o doce intitulado “Beijinhos de Sever”, que ganhou o concurso realizado em tempos, era o dito doce regional do concelho de Sever do Vouga. Perguntou porque razão é que no site, folhetos, flyers e outra publicidade gastronómica do concelho não surgia qualquer fotografia desse doce (dito regional) e porque é que era feita a publicidade a outros doces em detrimento dos beijinhos de Sever do Vouga. Perguntou se seria pelo facto dos outros doces serem confeccionadas em pastelarias e o doce ganhador do prémio ser criação de uma severense.-----

O **presidente da Câmara Municipal** interveio para poder responder às questões colocadas e prestar esclarecimentos, começando pela intervenção de **Carla Soares**. Informou que existem determinados trabalhos que ainda não estão concluídos na obra de requalificação do Largo de Paçô e que irão ser concluídos de acordo com o projeto da empreitada.-----

Sobre as duas pontes, o presidente da Câmara disse que a ponte da Rua do Pisão, da análise que foi feita, não parece ter qualquer problema, sendo apenas necessário resolver a questão de acumulação de água no tabuleiro, o que não afeta a sua estabilidade. Relativamente à outra ponte, informou que irá ser realizada uma vistoria à mesma.-----

Reportando-se à intervenção de **Sérgio Silva**, o **presidente da Câmara Municipal** informou que, depois de lançada a empreitada com todos os acessos que tinham sido anulados na altura da construção, surgiram, entretanto, alguns que não estavam previstos e que, à partida, também irão ser feitos. Relativamente à questão do destino do dinheiro, esse ficará na Câmara, sendo que, se não for utilizado num caminho lateral, será utilizado noutra maneira. Mais informou que o protocolo foi feito entre a Câmara e a EDP com base em dois orçamentos relacionados com a intervenção de que se tratava, tendo ficado uma margem acima do valor da empreitada que será utilizada em novas intervenções, nomeadamente na realização de mais aquedutos do que aqueles que estavam previstos na empreitada.-----

Relativamente à intervenção de **Diana Paiva**, o **presidente da Câmara Municipal** disse ter tomado nota da mesma e que já estava a ser trabalhado o orçamento participativo que contava ainda ser possível no ano corrente, embora esse processo.-----

Respondendo à intervenção de **Mário Silva**, e começando pela limpeza dos trilhos pedestres, o **presidente da Câmara Municipal** disse que a mesma já tinha sido iniciada com a intervenção de uma empresa em Couto de Esteves, e que foi feito outro através de ajuste direto com pagamento à hora para se tirarem ilações quanto ao custo de cada um deles, podendo ser feito outro a seguir por ajuste direto para se saber quanto vai dar concretamente ao quilómetro ou ao metro. Disse ter feito daquela forma por não haver capacidade de o fazer com o pessoal da autarquia.-----

Passando para o assunto da recolha do lixo, o presidente da Câmara disse ter conhecimento do mesmo, uma vez que houve problemas com algum equipamento, o que atrasou a recolha, e ocorreu uma avaria no carro adquirido mais recentemente que demorou a ser resolvido pela empresa que vendeu o camião na altura (falta de peças que tiveram de vir da Alemanha; pessoal de férias na MAN) e, portanto, durante algum tempo esteve-se sem um camião e o velho foi colocado a trabalhar, embora com alguns problemas. Mais disse que esses problemas coincidiram com a altura em que aumenta exponencialmente a quantidade de lixo devido à vinda dos emigrantes.-----

Quanto à limpeza dos contentores, o presidente da Câmara disse estar a ponderar contratar um serviço de limpeza de contentores, que é caríssimo. Referiu que, no concelho, a limpeza dos contentores tem sido feita de forma faseada, uma vez que fazê-la de uma assentada é uma despesa elevada.-----

Sobre o corte da estrada e dos buracos, o presidente da Câmara informou que muitos são feitos pela AdRA, e que têm sido alertados sistematicamente para esse facto, embora saiba que uma estrada reparada nunca fica igual ao que estava.-----

Sobre os “beijinho de sever”, disse que não constituem uma oferta de venda ao público e não eram fabricados pelas pastelarias.-----

A maioria dos membros que interveio entregou à mesa as cópias das suas intervenções que dela fazem parte integrante e vão ser arquivadas juntamente com os documentos desta sessão.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi prestada a habitual informação sobre o documento elaborado e disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal e foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Feitas as inscrições, foi aberto um período de intervenções.-----

Foi dada a palavra a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que colocou questões sobre o novo centro escolar, nomeadamente, para saber qual o objetivo principal e os fundamentos para a sua construção, quais os critérios que serviram de base para definir a sua localização e se as associações de pais tinham sido ouvidas durante o processo da criação do centro.-----

Sobre a carta educativa, perguntou se o novo centro escolar fazia parte do documento e pediu que a Assembleia Municipal fosse informada sobre a nova revisão do mesmo.-----

Respondendo à intervenção de **Toni Martins**, o **presidente da Câmara Municipal** disse que a organização das infraestruturas e a sua localização, eram competências do Conselho Municipal de Educação. Mais informou que a Carta Educativa já previa a construção de um novo centro escolar. Disse, ainda, que, ao longo dos anos, a situação das escolas tem vindo a deteriorar-se e em cerca de dez anos foram encerradas várias escolas primárias, verificando-se a necessidade de construção de um centro escolar para acolher os alunos de todo o concelho. O presidente da Câmara Municipal continuou a sua explicação, dizendo que o pacto tem sido discutido ao máximo por causa de algumas diferenças em relação às verbas a distribuir pelos municípios. Informou que, comparativamente a outros municípios, Sever do Vouga tem muito mais verba alocada do que outros, tendo havido uma grande discussão para se chegar a um acordo e que o mesmo não foi consensual, sendo que, se não estivesse incluído o centro educativo no pacto, garantidamente o

município receberia cinco ou seis vezes menos do que aquilo que está previsto e sem financiamento não será possível construir um centro escolar.-----

4.2 Taxas do IMI 2016: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, a proposta aprovada pelo órgão executivo destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2016.-----

Com a proposta aprovada, nos termos do artigo 112º do mencionado diploma, as taxas do IMI, para o próximo ano, serão as seguintes:-----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,35%.-----

4.3 IMI – Redução Taxa por Agregado Familiar 2016: - Sobre a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em reunião de 26 de agosto de 2015, para apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal, o presidente da Câmara Municipal deu uma breve explicação sobre a mesma, após a qual foi aberto um período de intervenções.-----

Foi dada a palavra a **Albano Macedo** que disse considerar que a medida parece uma verdadeira bênção, não fosse a mesma uma verdadeira ingerência nas atribuições e poderes autárquicos. Deu alguns exemplos de modelos variados de famílias que não terão direito à redução. Mais disse ser uma medida eminentemente populista que reabre a discussão sobre o regime fiscal municipal e as medidas de política social. Disse que, as autarquias podem e devem ter um papel mais ativo na correção das injustiças sociais, julgando que as mesmas não devem pactuar com medidas avulsas emanadas do poder central. Deu exemplos de outras formas de apoio às famílias, entre elas a redução da tarifa de RSU, redução do IMI global, redução das despesas com a educação, criação de emprego, entre outras. Finalmente, disse que votava contra a proposta de redução do IMI familiar por ser uma ingerência no poder local e nas suas atribuições, além de demagógicas e populistas sem efeitos práticos, levam a pensar que é um atestado de incapacidade ou insanidade autárquica, uma vez que os municípios sabem bem como corrigir as injustiças sociais e fiscais dos seus munícipes, mas que muitas vezes são impedidas pelo poder central com as restrições e inoperância.-----

Terminado o período de intervenção, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a proposta de redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Redução da taxa em
1	10%
2	15%
3	20%

Vinte e seis votos a favor – Adérito Augusto Silva, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, José Carlos Ribeiro de Sousa, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva, Mário José Tavares Mendes, Sandra Henriques da Silva, Sérgio Soares da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

Dois votos contra – Albano de Amaral Macedo e José Luís da Silva e Almeida.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

4.4 Derrama 2016: - Foi apreciada a proposta apresentada pela Câmara, referente à fixação da taxa de 1% sobre o lucro tributável até € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e 1,5% sobre o lucro tributável

que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para a cobrança da Derrama em 2016, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

4.5 Participação Variável no IRS 2016: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada pelo presidente da Câmara, e aprovada pelo órgão executivo em reunião de 26 de agosto de 2015, para se manter a participação variável do IRS pelo valor máximo da taxa prevista para o município que é de 5%.-----

4.6 TMDP 2016: - Para efeitos do previsto na alínea b), do n.º 3 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 182º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, conjugado com o Regulamento n.º 38/2004, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi, por unanimidade, aprovada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2016.-----

4.7 4ª Revisão Orçamental: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 4ª Revisão Orçamental de 2015, que corresponde à 10ª Modificação, com alterações no orçamento da despesa no valor de € 72 500,00 (setenta e dois mil e quinhentos euros), sem aumento do valor global do orçamento, tendo sido integrados apenas novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos e ações no Plano de Atividades Municipais.-----

Vinte votos a favor – Adérito Augusto Silva, Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva, Mário José Tavares Mendes e Sérgio Soares da Silva.-----

Oito abstenções – Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

4.8 Autorização – Compromissos Plurianuais: - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, conjugado com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal, por maioria, autorizou a assunção dos encargos plurianuais para as seguintes aquisições de bens e serviços:-----

Aquisição de serviços de segurança e vigilância;-----

Aquisição de serviços para desmaterialização de processos e apoio técnico;-----

Serviço de apoio na gestão e comunicação do VougaPark;-----

Manutenção da envelopadora.-----

Vinte votos a favor – Adérito Augusto Silva, Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva, Mário José Tavares Mendes e Sérgio Soares da Silva.-----

Oito abstenções – Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

4.9 Regulamento do Sistema da Indústria Responsável: - Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 11 de fevereiro de 2015, o projeto do Regulamento do Sistema da Indústria Responsável foi submetido a audiência pública e, não tendo sido

apresentada qualquer sugestão ou reclamação, foi submetida a versão final à apreciação por parte da Assembleia Municipal, tendo sido aberto um período de intervenções.----- Foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida** que disse estar, mais uma vez, a famosa reforma do estado à vista, sendo que aquele regulamento é um documento que os municípios têm de aplicar, mas que não tem lógica nenhuma, sendo apenas mais um processo, mais documentação e mais burocracia.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a versão final do Regulamento do Sistema da Indústria Responsável.-----

Vinte e sete votos a favor – Adérito Augusto Silva, Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José de Bastos da Rocha, José Carlos Ribeiro de Sousa, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva, Mário José Tavares Mendes, Sandra Henriques da Silva, Sérgio Soares da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

Um voto contra – José Luís da Silva e Almeida.-----

4.10 PAES – Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Sever do Vouga: -

O presidente da Câmara deu uma breve explicação sobre o documento em análise neste ponto, dizendo que o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Sever do Vouga tinha sido elaborado na sequência da implementação de um projeto chamado Agência Energética, desenvolvido ainda com verba do quadro anterior e coordenado pela Câmara Municipal de Águeda. O presidente da Câmara informou, ainda, que o projeto consistia na redução dos custos dos vários tipos de energia e que, em Sever do Vouga, o mesmo tinha sido aplicado na piscina municipal através da modificação da iluminação e sistema de bombas. Colocado o documento à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Sever do Vouga para ser enviado à Comissão Europeia.-----

4.11 Relatórios dos Acordos de Execução: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo do conteúdo dos relatórios elaborados pelas Freguesias na sequência da assinatura dos Acordos de Execução, tendo sido aberto um período de intervenções.-----

Foi registada a intervenção de **Sérgio Soares da Silva** que começou por dizer que os acordos de execução apresentados têm por base a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que tem como objetivo a concretização da delegação de competências visando a coesão territorial, reforço da solidariedade inter-regional, melhoria da qualidade dos serviços restados à população e racionalização dos recursos disponíveis.-----

Relativamente à limpeza das vias e dos espaços públicos, disse que, qualquer um dos relatórios apresentados não coincide com o trabalho realizado no terreno.-----

Falou sobre a falta de critério por parte do município na distribuição das verbas para aquela competência, dizendo que o concelho tem freguesias totalmente rurais onde é mais difícil e extensa a limpeza do que noutras freguesias mais urbanas. Ainda, disse que, apesar da limpeza estar delegada às Freguesias, os serviços da Câmara prestam serviços de limpeza em vias de algumas freguesias, mas não nas mais desfavorecidas.-----

Sérgio Silva continuou a sua intervenção dizendo que, em vários pontos do concelho existem troços de vias sem qualquer manutenção há anos, crescendo a vegetação para cima da faixa de rodagem, danificando o pavimento e dificultando a circulação do trânsito, o que afirma ser um péssimo cartão de visita, dando como exemplo a estrada municipal 569 entre a Ponte do Abade e a Ermida.-----

Por fim, disse não concordar com os relatórios apresentados, nem com o modelo de distribuição de verbas que considera ser injusto, desigual e desproporcional que o município tem vindo a insistir em praticar ao longo dos anos.-----

Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto, através do qual se fez uma apresentação dos relatórios apresentados pelas Freguesias e relacionados com os Acórdãos

de Execução, pelo que se deu cumprimento ao que se encontrava definido na cláusula décima daqueles contratos.-----

-----**3 - Período Destinado ao Público**-----

Não foi registada qualquer participação por parte do público.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os restantes membros do executivo, a todos os meus colegas da Assembleia Municipal, imprensa e público aqui presente.

Hoje, o motivo da minha intervenção, apesar de tudo continuar exatamente igual ou pior, não venho falar de pisos nem muros degradados, resultantes da construção da barragem. Hoje, gostaria de felicitar a autarquia e os Baldios de Cedrim pela obra de requalificação do Santuário da N^a Sr^a dos Milagres, em Paçô de Cedrim. Tardou, passou de orçamento Municipal em orçamento Municipal mas, devido à parceria efectuada com os baldios e à vontade de ambos, a obra concretizou-se.

Os espaços belos, apenas se mantêm belos se houver limpeza e manutenção dos mesmos. Por isso, apesar de saber que a população local e a sociedade em geral tem responsabilidade moral sobre isso, questiono qual a entidade que se vai realmente responsabilizar pela limpeza e manutenção deste espaço. Agora que o “grosso” da obra está terminado, espero que não fiquem esquecidos os trabalhos que ainda faltam concluir, nomeadamente a casa de banho para deficientes e a colocação das árvores previstas no projecto. Alerto ainda para o facto de possivelmente haver qualquer problema com a iluminação do espaço pois a mesma tem estado desligada.

Deixo ainda a nota sobre duas pontes que no parecer da população local merecem alguma atenção. Uma delas em Cedrim, a ponte do ribeiro da ponte, não só pelo aumento de tráfego na ligação entre as localidades de Cedrim e Paradela mas também pelo facto de não permitir o transito nos dois sentidos, tendo que ser efectuada circulação alternada, não havendo sinalização adequada. Outro apontamento para a localidade de Soutelo, na rua do Pisão, cuja ponte aí existente, em tempo chuvoso, oferecer algum perigo à circulação de viaturas pela quantidade de água que se acumula no tabuleiro. Dá a sensação que o piso se encontra em abatimento.

Com este apontamento solicita-se que as mesmas sejam vistoriadas e se ponderem as sugestões efectuadas.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Carla Manuela Borges Soares

ANTES DA ORDEM DO DIA

Exmos. Srs. Presidente e membros da Mesa, Presidente e Vereadores da Camara Municipal, Deputados Municipais, Senhoras e Senhores,

Na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Camara informou esta assembleia que a município tinha celebrado um protocolo com a EDP para reposição dos acessos laterais às albufeiras. Questionado porque tinha aceite realizar estes trabalhos, que eram da competência da EDP, o senhor presidente da Camara respondeu que não foi para perder dinheiro e que o remanescente era para a Camara.

Gostava de fazer 3 perguntas ao senhor Presidente da Camara:

- 1 - Qual o ponto de situação da reposição dos acessos?
- 2 - Qual o valor pelo qual a Camara Municipal adjudicou as respetivas obras? Ou qual o remanescente?
- 3 - O que é que a Camara Municipal pretende fazer com o remanescente?

RELATÓRIOS DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO

Exmos. Srs. Presidente e membros da Mesa, Presidente e Vereadores da Camara Municipal, Deputados Municipais, Senhoras e Senhores,

Os relatórios dos Acordos de Execução aqui hoje apresentados, que têm por base a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual tem como objetivos a concretização da delegação de competências que visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

No que respeita à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, qualquer um destes relatórios aqui apresentados não coincide com o trabalho realizado no terreno.

Quero lembrar-vos que o nosso concelho tem freguesias mais urbanas onde é mais fácil limpar e freguesias totalmente rurais onde é difícil limpar, que tem freguesias com muitos quilómetros de vias e espaços públicos e freguesias com poucos quilómetros de vias e espaços públicos. Contudo a distribuição de verbas para esta delegação de competências é feita por esta Camara sem critério: 12500€ por freguesia e 25000€ por união de duas freguesias anualmente. Também apesar de delegado nas freguesias, os serviços desta Camara prestam serviços de limpeza de vias em algumas freguesias e noutras que até são das mais desfavorecidas nunca o fazem.

Em vários pontos do nosso concelho há vários troços de vias onde nenhuma manutenção é feita há vários anos, onde a vegetação cresce para cima da faixa de rodagem e onde árvores com vários metros de altura crescem, danificam os pavimentos das estradas e dificultam a circulação do trânsito e em vários pontos do concelho a falta de limpeza é um péssimo cartão de visita do melhor concelho para se viver em Portugal, na categoria ambiente. Um dos exemplos mais flagrantes continua a ser a estrada municipal 569 entre a Ponte Abade e a Ermida

Quero transmitir que não concordo com os relatórios aqui hoje apresentados e não concordo com o modelo de distribuição de verbas injusto, desigual e desproporcional que esta Camara insiste em praticar ao longo dos anos.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante executivo

Exmos. Sr.s Membros da Assembleia Municipal

Minhas Sras. e meus Sr.s

Esta bancada de Membros da Assembleia Municipal em tempos deixou aqui a sugestão de Sever do Vouga ter um Orçamento Participativo, à semelhança do que já acontecia noutros Municípios.

Como é bem sabido o Orçamento Participativo permite ao cidadão ter novos direitos e novas responsabilidades sobre o que fazer com uma parte do orçamento do município.

Esta é uma forma do munícipe participar activamente na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais.

Achamos que já é hora de chamar a população de Sever do Vouga, a participar activamente na identificação das áreas que considera ser mais importante intervir a nível do município.

Como já temos reparado, por várias sessões na Assembleia Municipal, a população de Sever do Vouga gosta de intervir, de apelar às Instituições, que entendem também servir os seus interesses e atender às ânsias, sendo que algumas têm direito a resposta e outras nem por isso, mas aparecem e dizem de sua justiça.

Por isso mesmo, já vai sendo hora, de se implementar, também em Sever do Vouga o orçamento participativo, enquadrar uma verba no orçamento do município para este efeito e termos a própria população a vir dizer quais são as áreas que considera necessárias de intervenção, de apresentar as suas próprias propostas e de poder votar nas que considera prioritárias.

Com isto tornamos o processo de elaboração de orçamento mais democrático, e conseguimos, também, por outro lado, que todos se envolvam mais no seu Concelho.

E assim até fará mais sentido a publicidade que correu em tempos “Sever do Vouga um Con”s”elho que vos damos”.

Obrigada

Diana Paiva

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e mais membros da Mesa,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais,

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores.

As minhas primeiras palavras são de congratulação e são dirigidas à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal pela forma muito nobre e digna como decorreu a cerimónia de entrega das medalhas de honra e mérito municipal de agricultura, de indústria e de desporto que se realizou no passado dia 21 de setembro, bem como a todos os homenageados que muito justamente viram reconhecida a sua dedicação ao nosso concelho, em cada uma das suas áreas.

Relativamente ao quotidiano do nosso concelho gostaria, em nome da bancada do CDS/PP, que o senhor presidente câmara fizesse um ponto de situação, e numa altura em que já entrámos no outono, sobre a limpeza e manutenção dos trilhos pedestres existentes no nosso concelho.

Ainda a propósito de limpeza e higiene, chamava a atenção para a necessidade de a recolha do lixo ser feita com intervalos mais curtos, tal como a desinfeção dos contentores. Custa-me imenso ver contentores a “rebentar pelas costuras” quer no centro dos lugares, quer junto às escolas e centros escolares.

Chamava igualmente a atenção para a necessidade de sempre que se realizam obras na via pública não deixar arrastar a reposição do pavimento “semanas a fio”, com claro prejuízo para a segurança e conforto de todos os que por aí passam, sejam automobilistas, motociclistas, ciclistas ou peões. Por outro lado, deve-se ter algum cuidado com a qualidade do trabalho de reposição do pavimento de forma a evitar os perigosíssimos e inoportunos buracos, uma armadilha sempre à espreita dos mais incautos.

Por fim, pergunto para quando a implementação de um orçamento participativo (OP) também no nosso concelho, valorizando a participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais? Embora reconheça que a existência de um OP não é a panaceia para todos os problemas do nosso concelho, entendo, no

entanto, que pode contribuir para aprofundar o exercício da democracia através do diálogo que o poder público estabelece com os cidadãos. Outro benefício é que o OP faz com que a Câmara Municipal preste contas aos cidadãos, contribuindo assim para a modernização da administração pública. O OP é também uma ferramenta para ordenar as prioridades sociais e promover a justiça social. Os cidadãos passam de meros observadores a protagonistas da administração pública, ou seja, participantes integrais, ativos, críticos e reivindicadores. É um processo no qual todos são beneficiados.

Muito obrigado!

Sever do Vouga, 25 de setembro de MMXV.

Mário Silva

Discurso Assembleia Municipal – 25/09/2015

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa,

Senhoras e senhores deputados municipais,

Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo,

Senhores Presidentes das juntas de freguesia,

Comunicação social,

Minhas Senhoras e meus senhores,

Na comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara, nos pactos de desenvolvimento e coesão social, está inscrito na área estratégica de educação a “construção de um novo Centro escolar em Sever do Vouga...”.

Visto que no passado recente deste município, há menos de 4 anos, foram inaugurados dois centros escolares, nomeadamente o centro escolar de Rocas em 2011, o centro escolar do Couto em 2012, este assunto levanta-nos algumas questões... as quais gostaríamos de ver respondidas:

Assim sendo,

- Gostaríamos de saber qual o ponto de situação da carta educativa, visto que a mesma tem + de 10 anos de não temos qualquer informação sobre a sua revisão?

- Este novo centro escolar faz parte da carta educativa?

- Quais são os fundamentos para a criação de +1 centro escolar e se o mesmo está previsto na carta educativa?

- Qual o objetivo principal deste novo centro escolar?

- Quais foram os critérios base que serviram para definir a sua localização?

Analisando este assunto do ponto de vista económico, perguntamos:

- Foram ponderadas todas as alternativas, nomeadamente o aproveitamento e requalificação das infra-estruturas e recursos disponíveis?

- Com a criação deste novo Centro qual o destino das escolas que se encontram actualmente em funcionamento... por outras palavras, irá ser encerrado algum estabelecimento de ensino?

Do ponto de vista social....

- Tendo os membros desta digníssima Assembleia assistido a divergências de opinião entre encarregados de educação de algumas localidades do nosso concelho, perguntamos se as diversas associações de pais foram ou serão ouvidas neste processo ...?

- Quais as Freguesias que serão abrangidas por este novo centro escolar?

- Pode esta Assembleia ser informada sobre a nova revisão da carta educativa?

Visto que este assunto é muito importante e provoca um grande impacto na vida de muitos cidadãos deste Concelho, consideramos que este assunto deverá ser abordado de uma forma ponderada e aberta de forma que todos os cidadãos estejam informados.

Muito obrigado.

Tony Martins

25 de Setembro de 2015